ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DA PRESCRIÇÃO ELETRÔNICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E OS BENEFÍCIOS NA SEGURANÇA DO PACIENTE E NA EFICIÊNCIA FARMACÊUTICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Leonardo Raldi
Tatiani Coser
Lincon Bordignon Somensi

Resumo

O receituário eletrônico consolidou-se durante a pandemia de COVID-19 como uma ferramenta importante para a segurança do paciente e a eficiência dos serviços farmacêuticos. Este estudo teve como objetivo avaliar sua contribuição para a redução de erros de medicação e a melhoria dos processos de dispensação. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, baseada em artigos científicos e documentos técnicos. Os resultados indicam que a prescrição eletrônica eliminou falhas relacionadas à caligrafia ilegível e às rasuras, além de apresentar redução de até 85% nos erros de medicação em uma das instituições analisadas. Também favoreceu a padronização das informações, a rastreabilidade das prescrições e a integração dos registros clínicos, proporcionando maior agilidade na dispensação e apoio às atividades do farmacêutico. Durante a pandemia, contribuiu para a continuidade dos atendimentos e a ampliação dos serviços remotos. Conclui-se que a prescrição eletrônica representa um avanço para a segurança do paciente, a qualidade da assistência farmacêutica e a modernização dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Sistemas de informação em saúde; Qualidade assistencial; Dispensação de medicamentos; Erros de medicação.

1 INTRODUÇÃO

Durante a pandemia de Covid-19, o uso de tecnologias digitais em saúde foi intensificado, promovendo transformações nos processos assistenciais. Nesse contexto, o receituário eletrônico consolidou-se como ferramenta estratégica na assistência farmacêutica, contribuindo para a redução de erros de medicação, a segurança do paciente e a eficiência dos serviços de dispensação (Celuppi et al., 2021). Essa inovação relaciona-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente à ODS 3, Saúde e Bem-Estar, e à ODS 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura.

A prescrição medicamentosa é uma etapa fundamental do cuidado em saúde e uma importante fonte de erros evitáveis. Problemas como ilegibilidade, abreviaturas inadequadas, omissão de informações e falhas de comunicação podem comprometer a segurança do paciente e a efetividade do tratamento. Nesse sentido, os sistemas eletrônicos de prescrição permitem padronizar informações, reduzir ambiguidades e ampliar a rastreabilidade dos dados clínicos (Rezende et al., 2020).

A incorporação de sistemas eletrônicos de registros em saúde (Electronic Health Records – EHR) também favorece a integração entre profissionais e níveis de atenção, facilitando o acesso ao histórico terapêutico dos pacientes. Essa integração contribui para decisões clínicas mais assertivas e para a continuidade do cuidado, especialmente em situações de elevada demanda assistencial, como ocorreu durante a pandemia (Queiroz et al., 2024).

Na assistência farmacêutica, a prescrição eletrônica otimiza a dispensação de medicamentos, tornando os processos mais ágeis, seguros e padronizados. A melhoria da comunicação entre prescritores e farmacêuticos, associada à redução de erros de interpretação, contribui para a qualidade do atendimento e a eficiência dos serviços de saúde (Nogueira e Colli, 2023).

Apesar dos avanços, é necessário aprofundar a compreensão dos impactos dessa tecnologia na segurança do paciente e na eficiência dos

processos farmacêuticos, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Essa análise pode subsidiar o aprimoramento das tecnologias em saúde e fortalecer sistemas assistenciais mais seguros, eficientes e equitativos.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo avaliar a importância da prescrição eletrônica durante a pandemia de Covid-19, com ênfase na segurança do paciente e na eficiência dos processos farmacêuticos, por meio de uma revisão bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar o impacto da prescrição eletrônica durante a pandemia de Covid-19 na segurança do paciente e na eficiência dos processos farmacêuticos.

A coleta de dados foi realizada por meio da busca sistematizada de artigos científicos em bases de dados reconhecidas, como SciELO e Google Acadêmico. A estratégia de busca foi estruturada com base no modelo PICO, considerando: P (População): pacientes em uso de medicamentos; I (Intervenção): prescrição eletrônica; C (Comparação): prescrição manual; O (Desfecho): segurança do paciente, redução de erros de medicação e eficiência nos processos farmacêuticos (Santos; Pimenta; Nobre, 2007).

Esse tipo de estudo permitiu compreender a aplicação da prescrição eletrônica no contexto da assistência farmacêutica, bem como analisar seus impactos na redução de erros de medicação, na promoção da segurança do paciente e na organização dos processos de dispensação.

A inclusão de estudos publicados em diferentes períodos permitiu analisar a evolução da prescrição eletrônica ao longo dos anos, considerando tantas pesquisas anteriores à pandemia de COVID-19 quanto publicações mais recentes. Essa abordagem possibilitou compreender os

avanços tecnológicos, os benefícios relacionados à segurança do paciente e as mudanças ocorridas na assistência farmacêutica durante e após o período pandêmico.

2.1.2 FONTE DE DADOS

Por se tratar de uma pesquisa de revisão bibliográfica, não houve participação direta de indivíduos. Assim, os sujeitos da pesquisa foram constituídos por artigos científicos, publicações acadêmicas e documentos técnicos que abordam a temática da prescrição eletrônica, segurança do paciente e dispensação de medicamentos. Esses materiais foram utilizados como fonte de análise para identificar evidências científicas relacionadas à implementação da prescrição eletrônica e seus impactos na assistência farmacêutica.

2.1.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Foram incluídos na pesquisa:

- Artigos científicos publicados em bases de dados reconhecidas;
- Estudos que abordem prescrição eletrônica, segurança do paciente e dispensação de medicamentos;
- Publicações de diferentes períodos, priorizando estudos recentes e incluindo pesquisas anteriores relevantes para a compreensão da evolução da prescrição eletrônica;
- Artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas em português ou inglês.

2.1.4 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram excluídos da pesquisa:

- Artigos que não apresentem relação direta com o tema proposto;
- Publicações duplicadas identificadas nas bases de dados;
- Trabalhos que não apresentem rigor metodológico ou fundamentação científica adequada;
- Estudos sem acesso ao texto completo.

2.1.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura exploratória, seletiva e analítica dos estudos incluídos. Inicialmente, foi conduzida a busca e seleção dos artigos nas bases de dados previamente definidas. Em seguida, os estudos foram analisados de forma qualitativa e descritiva, com o objetivo de identificar padrões, evidências e contribuições relacionadas ao uso da prescrição eletrônica.

Os dados foram organizados e discutidos de forma sistematizada, estabelecendo relações entre os achados da literatura e o contexto da assistência farmacêutica, com foco na segurança do paciente e na eficiência dos processos de dispensação.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca e seleção da literatura resultou na inclusão de 16 publicações, sendo 15 estudos relacionados à prescrição eletrônica, à segurança do paciente e à assistência farmacêutica, além de um estudo metodológico de Santos, Pimenta e Nobre (2007), utilizado para fundamentar a estratégia de busca por meio do acrônimo PICO. Os estudos selecionados foram organizados em dois quadros: o Quadro 1, composto por oito publicações identificadas no Google Acadêmico, e o Quadro 2, reunindo sete publicações identificadas na SciELO. A análise desses estudos permitiu identificar os principais benefícios da prescrição eletrônica, suas limitações e sua contribuição para a organização dos serviços farmacêuticos, especialmente durante a pandemia de COVID-19.

A prescrição médica constitui uma das etapas mais importantes para a segurança do paciente, uma vez que erros na elaboração e na interpretação das informações podem comprometer a efetividade do tratamento. Meneses et al. (2023) apontam a prescrição eletrônica como uma alternativa para reduzir falhas relacionadas ao uso de medicamentos, principalmente por permitir a padronização das informações e melhorar a clareza dos receituários. Rezende et al. (2020) também abordam a utilização dessa tecnologia no ambiente ambulatorial, destacando melhorias na organização

dos dados e na rastreabilidade das prescrições. Esses resultados indicam que a informatização pode contribuir para diminuir problemas frequentemente encontrados nas prescrições manuscritas, como caligrafia ilegível, rasuras e ausência de informações essenciais.

A falta de clareza nas prescrições manuais pode favorecer erros de interpretação, transcrição e administração de medicamentos. No estudo de Volpe et al. (2016), a utilização da prescrição eletrônica esteve associada à redução de fatores de risco, incluindo a ausência de informações sobre a forma de diluição, cuja frequência passou de 71,1% para 22,3%. Rosa et al. (2019), ao compararem prescrições antes e após a implantação de sistemas eletrônicos em dois hospitais, identificaram redução de 85% na frequência de erros em uma das instituições, enquanto na outra houve aumento de 25%. Esses resultados indicam que a prescrição eletrônica pode contribuir para a segurança do paciente, embora seus benefícios dependem da qualidade dos sistemas utilizados e das condições de implantação.

Ao comparar os estudos, observa-se que a prescrição eletrônica pode reduzir falhas de interpretação e melhorar a padronização das informações. Entretanto, os resultados variam conforme as condições de implantação e utilização dos sistemas. O aumento de erros observado em uma das instituições avaliadas por Rosa et al. (2019) indica que a implantação do sistema, por si só, não garante maior segurança. Falhas no preenchimento, seleção incorreta de medicamentos e dificuldades na utilização dos sistemas ainda podem ocorrer. Por isso, além da tecnologia, é necessário considerar a capacitação dos profissionais, a qualidade das informações registradas e o acompanhamento contínuo das prescrições.

A prevenção de erros torna-se ainda mais importante quando envolve Medicamentos Potencialmente Perigosos (MPP), como heparina, cloreto de potássio concentrado injetável, sedativos e opioides. Rosa et al. (2009), ao analisarem erros na prescrição hospitalar desses medicamentos, identificaram riscos relacionados às falhas de prescrição, reforçando a necessidade de medidas específicas de segurança. Nesse cenário, a prescrição eletrônica pode auxiliar na padronização das doses, concentrações e vias de

administração, além de facilitar a identificação de informações inadequadas antes da dispensação. Entretanto, a tecnologia não substitui a avaliação clínica e a conferência das prescrições pelos profissionais de saúde.

Costa et al. (2021) também analisam estratégias voltadas à redução de erros de medicação durante a hospitalização, ressaltando a necessidade de combinar diferentes medidas de segurança. A prevenção desses eventos depende não apenas da utilização de tecnologias, mas também da comunicação entre os profissionais, da organização dos processos assistenciais e da identificação de situações de risco. Assim, a prescrição eletrônica deve ser compreendida como uma ferramenta de apoio à segurança do paciente, atuando em conjunto com outras práticas destinadas à prevenção de erros.

A prescrição eletrônica também pode melhorar a organização dos serviços farmacêuticos, especialmente nas etapas de conferência e dispensação de medicamentos. Queiroz et al. (2024) destacam sua importância para a qualificação da assistência farmacêutica, principalmente pela padronização das informações e pela possibilidade de integração dos registros. Essa organização facilita a conferência das prescrições e favorece a comunicação entre prescritores e farmacêuticos, contribuindo para maior agilidade e segurança no processo de dispensação.

Nogueira e Colli (2023) discutem como as ferramentas digitais podem auxiliar o trabalho do farmacêutico, principalmente na organização das informações e na execução das atividades profissionais. A informatização dos processos pode diminuir o tempo destinado à interpretação de prescrições e facilitar o acesso às informações necessárias para a avaliação do tratamento. Dessa maneira, o farmacêutico pode direcionar maior atenção às atividades clínicas, como a identificação de interações medicamentosas, a conciliação terapêutica, a revisão da farmacoterapia e a orientação dos pacientes quanto ao uso correto dos medicamentos.

A integração da prescrição eletrônica aos Registros Eletrônicos de Saúde (EHR) também representa uma possibilidade de melhoria na assistência farmacêutica. Quando os sistemas estão conectados e as informações são

atualizadas corretamente, o farmacêutico pode ter acesso ao histórico de medicamentos, registros de alergias e outros dados relevantes para a avaliação do tratamento. O acesso a essas informações pode auxiliar o farmacêutico na identificação de riscos antes da dispensação, tornando a avaliação do tratamento mais completa. Para isso, é necessário que os registros estejam atualizados e que exista integração adequada entre os sistemas.

Durante a pandemia de COVID-19, a utilização de tecnologias digitais adquiriu maior importância diante da necessidade de reduzir o contato presencial e garantir a continuidade dos atendimentos. Celuppi et al. (2021), ao analisarem o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da pandemia no Brasil e no mundo, destacam a contribuição dessas ferramentas para a reorganização dos serviços e a ampliação das possibilidades de atendimento. Nesse período, a prescrição eletrônica ganhou espaço entre as ferramentas digitais utilizadas nos serviços de saúde, possibilitando o envio de receitas por meios eletrônicos e facilitando o acesso aos tratamentos, conforme os requisitos legais aplicáveis.

A pandemia também evidenciou a importância de medidas voltadas à prevenção de incidentes e à segurança do paciente. Silva et al. (2023) discutem a notificação de incidentes durante esse período, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados pelos serviços de saúde. A sobrecarga das equipes e as mudanças nas rotinas de atendimento evidenciaram a necessidade de organizar os processos assistenciais e manter mecanismos de identificação e notificação de incidentes. Dessa forma, embora a prescrição eletrônica possa contribuir para melhorar a comunicação e a organização das informações, sua utilização deve estar associada ao monitoramento dos processos e à avaliação contínua da segurança assistencial.

A expansão dos serviços digitais também impulsionou a telefarmácia. Costa et al. (2024) apresentam experiências dessa modalidade no Brasil e discutem seu uso no acompanhamento remoto de pacientes, na orientação sobre medicamentos e na ampliação do acesso à assistência farmacêutica.

A associação entre a prescrição eletrônica e as ferramentas de comunicação digital pode facilitar a continuidade do tratamento, especialmente para pacientes com doenças crônicas, dificuldades de deslocamento ou necessidade de acompanhamento frequente. Essas práticas adquiriram relevância durante o isolamento social e permaneceram como alternativas para complementar o atendimento presencial.

Embora estejam relacionadas ao uso de tecnologias digitais, a prescrição eletrônica e a telefarmácia possuem finalidades diferentes. A primeira permite a elaboração e a emissão digital de receitas, enquanto a segunda envolve a prestação de serviços farmacêuticos a distância. Essas ferramentas podem ser utilizadas de forma complementar, facilitando a orientação sobre medicamentos e o acompanhamento dos pacientes. No Brasil, a Resolução CFF nº 727/2022 estabeleceu parâmetros para a realização de atividades de telefarmácia, contribuindo para a regulamentação dessa modalidade de atendimento.

A expansão das prescrições digitais também trouxe desafios relacionados à autenticidade dos documentos e à proteção das informações dos pacientes. Ottoni e Campos (2022) discutem aspectos jurídicos da prescrição eletrônica e a importância da proteção dos dados pessoais, destacando questões relacionadas à segurança e à validade dos documentos digitais. Esses aspectos são relevantes para a assistência farmacêutica, pois a dispensação exige a conferência das informações e o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela legislação. A utilização de mecanismos de autenticação e validação eletrônica contribui para verificar a autoria e a integridade das prescrições, reduzindo riscos relacionados à utilização de documentos irregulares.

As mudanças na legislação farmacêutica durante a pandemia também foram abordadas por Sousa et al. (2021), que analisaram adaptações regulatórias adotadas para garantir a continuidade dos tratamentos e o acesso aos medicamentos. Entre as medidas implementadas, destacam-se a Lei nº 13.989/2020, que autorizou a utilização emergencial da telemedicina, e a RDC ANVISA nº 357/2020, que estabeleceu medidas

excepcionais relacionadas à dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial. Essas alterações demonstram a necessidade de adequação das normas sanitárias às condições enfrentadas pelos serviços de saúde naquele período.

Posteriormente, novas regulamentações passaram a disciplinar aspectos relacionados à dispensação e à utilização de prescrições digitais. A RDC ANVISA nº 812/2023 estabeleceu condições para a entrega remota de medicamentos sujeitos a controle especial, enquanto a RDC ANVISA nº 1.000/2025 representou um avanço na regulamentação dos receituários eletrônicos abrangidos pelas normas sanitárias. Essas mudanças evidenciam que a utilização de tecnologias digitais ultrapassou o contexto emergencial da pandemia e passou a integrar o processo de modernização da assistência farmacêutica brasileira.

Sampaio et al. (2018), ao abordarem os desafios relacionados à implementação das normas para prescrição e dispensação de antimicrobianos, contribuem para a compreensão da importância do cumprimento das exigências sanitárias. Embora o estudo não tenha como foco específico a prescrição eletrônica durante a pandemia, permite compreender que a segurança na dispensação depende tanto da organização dos processos quanto do conhecimento das normas pelos profissionais. Assim, a utilização de ferramentas digitais deve estar acompanhada de procedimentos adequados de conferência e do cumprimento da legislação vigente.

De modo geral, os estudos analisados mostram que a prescrição eletrônica apresenta benefícios para a segurança do paciente e para a organização dos serviços farmacêuticos. Entre as principais contribuições estão a maior clareza das informações, a redução de determinados erros de medicação e a facilidade de acesso aos dados necessários para a dispensação. Entretanto, os resultados também indicam que a tecnologia possui limitações e que sua efetividade depende da maneira como é implantada e utilizada pelos profissionais. Durante a pandemia de COVID-19, essas ferramentas ganharam importância por contribuírem para a

continuidade dos atendimentos e para a adaptação dos serviços de saúde às novas necessidades assistenciais.

2.3 Declaração de uso de Inteligência Artificial

O presente projeto utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa exclusivamente para o auxílio no aprimoramento da redação acadêmica, revisão ortográfica, gramatical e estilística do texto. Declara-se que as ferramentas não foram empregadas para a concepção das ideias científicas, busca e seleção da revisão da literatura, análise de dados, nem para a elaboração das conclusões da pesquisa. A precisão, a integridade do conteúdo e a autoria científica do trabalho permanecem sob total responsabilidade dos autores.

3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu evidenciar a relevância da prescrição eletrônica para a segurança do paciente e para a qualificação dos serviços farmacêuticos, especialmente durante o período da pandemia de COVID-19.

Os resultados indicam que a substituição das prescrições manuscritas por sistemas digitais atua como uma medida importante para a prevenção de erros, eliminando erros relacionados à caligrafia ilegível e rasuras. Além disso, a tecnologia promoveu reduções de até 85% na incidência de erros globais de medicação, com resultados importantes sobre a prescrição de Medicamentos Potencialmente Perigosos (MPP), ao padronizar vias de administração, dosagens e a utilização da Denominação Comum Brasileira (DCB).

Na assistência farmacêutica, a integração das prescrições aos Registros Eletrônicos de Saúde (EHR) tornou o processo de dispensação mais ágil, seguro e padronizado. Ao facilitar a leitura e a compreensão das prescrições, a ferramenta permitiu melhorar a organização e o tempo de trabalho e direcionar a atuação do farmacêutico para atividades voltadas ao cuidado do paciente, como a avaliação de interações medicamentosas, a

conciliação terapêutica e a orientação direta ao paciente, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 9) da ONU. Durante a pandemia, as normas estabelecidas com destaque para a regulamentação da telemedicina (Lei nº 13.989/2020), a exigência da assinatura digital qualificada (ICP-Brasil) e a disponibilização do validador público de documentos em saúde (ITI/CFM/CFF) garantiram a autenticidade e a segurança jurídica necessárias para a dispensação de medicamentos controlados e antimicrobianos, contribuindo para o desenvolvimento da telefarmácia (Resolução CFF nº 727/2022) e permitindo a continuidade do tratamento de pacientes vulneráveis.

Por fim, conclui-se que o receituário eletrônico deixou de ser apenas uma medida emergencial para se consolidar como uma ferramenta importante para a modernização, rastreabilidade e segurança da assistência farmacêutica brasileira (RDC ANVISA nº 1.000/2025). É importante manter a capacitação dos profissionais e o aprimoramento da infraestrutura tecnológica nos serviços de saúde para aproveitar melhor os benefícios dessa tecnologia.

REFERÊNCIAS

CASSIANI, Sílvia Helena De Bortoli; GIMENES, Fernanda Raphael Escobar; FREIRE, Cláudia Câmara. Avaliação da prescrição médica eletrônica em um hospital universitário. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 55, n. 5, p. 509-513, 2002.

CELUPPI, Ianka Cristina et al. Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, e00243220, 2021.

COSTA, Camila Oliveira et al. Telefarmácia: experiências e perspectivas no Brasil. Boletim Farmacoterapêutica, Brasília, ano 28, n. 1, p. 1-9, 2024.

COSTA, Claudia Regina de Barros et al. Estratégias para a redução de erros de medicação durante a hospitalização: revisão integrativa. Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 26, e79446, 2021.

MENESES, Kaline Silva et al. Uso da prescrição eletrônica como estratégia de segurança do paciente. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 6049-6056, 2023.

NOGUEIRA, Tulio Costa Condack; COLLI, Luciana Ferreira Mattos. Ferramentas digitais na atuação do farmacêutico. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 1643-1668, 2023.

OTTONI, Marcos Vinicius; CAMPOS, Ricardo. Considerações sobre prescrição eletrônica e proteção de dados de pacientes. Consultor Jurídico, 15 nov. 2022.

QUEIROZ, Josélio Emar Araujo et al. Prescrição eletrônica como instrumento de qualificação da assistência farmacêutica no Brasil. Jornal de Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia, v. 9, n. 4, p. 18-26, 2024.

REZENDE, Luís Henrique Oliveira et al. Prescrição de medicamentos: uma análise para a implantação da prescrição eletrônica ambulatorial. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 9, e3638, 2020.

ROSA, Mário Borges et al. Erros na prescrição hospitalar de medicamentos potencialmente perigosos. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 490-498, 2009.

ROSA, Mário Borges et al. Electronic prescription: frequency and severity of medication errors. Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 65, n. 11, p. 1349-1355, 2019.

SAMPAIO, Pamella da Silva et al. Implementação da nova regulamentação para prescrição e dispensação de antimicrobianos: possibilidades e desafios. Cadernos Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 102-110, 2018.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 508-511, 2007.

SILVA, Felicialle Pereira da et al. Notificação de incidentes e a segurança do paciente em tempos de pandemia. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 36, eAPE00952, 2023.

SOUSA, Expedito Junio da Silva et al. Mudanças na legislação farmacêutica durante a pandemia de Covid-19. Research, Society and Development, v. 10, n. 12, e89101220124, 2021.

VOLPE, Cris Renata Grou et al. Risk factors for medication errors in the electronic and manual prescription. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 24, e2742, 2016.

Leonardo Raldi. Acadêmico do Curso de Farmácia. leonardo.raldi06@gmail.com.

Tatiani Coser. Acadêmica do Curso de Farmácia. tatianicoser40@outlook.com.

Lincon Bordignon Somensi. Doutor em Ciências Farmacêuticas e Docente do Curso de Farmácia. somensilb@gmail.com

Quadro 1 - Síntese dos estudos identificados na base Google Acadêmico

AUTOR (ANO)	PAÍS	TÍTULO DO ARTIGO	PRINCIPAIS RESULTADOS
MENESES, K. S. et al., (2023)	Brasil	Uso da prescrição eletrônica como estratégia de segurança do paciente.	Atua como estratégia central na mitigação de erros no processo assistencial, fortalecendo a segurança no uso de medicamentos.
REZENDE, L. H. O. et al., (2020)	Brasil	Prescrição de medicamentos: uma análise para a implantação da prescrição eletrônica ambulatorial.	Padroniza as informações clínicas, elimina erros de escrita/legibilidade e melhora a rastreabilidade dos dados do paciente.
QUEIROZ, J. E. A. et al. (2024)	Brasil	Prescrição eletrônica como instrumento de qualificação da assistência farmacêutica no Brasil.	Destaca a prescrição eletrônica como instrumento de qualificação da assistência farmacêutica, favorecendo a padronização das informações, a integração dos registros e a segurança dos processos assistenciais.
NOGUEIRA, T. C. C., COLLI, L. F. M. (2023)	Brasil	Ferramentas digitais na atuação do farmacêutico.	A adoção de ferramentas digitais otimiza a rotina assistencial do farmacêutico, agregando eficiência na triagem e dispensação.
CELUPPI et al., (2021)	Brasil	Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo.	Analisa o desenvolvimento e a utilização de tecnologias digitais em saúde durante a pandemia de COVID-19, destacando sua contribuição para a continuidade dos atendimentos e a ampliação do acesso aos serviços.
OTTONI, CAMPOS (2022)	Brasil	Considerações sobre prescrição eletrônica e proteção de dados de pacientes.	Discute aspectos jurídicos da prescrição eletrônica, com destaque para a proteção dos dados dos pacientes, os mecanismos de autenticação e os requisitos de validade dos documentos digitais.
COSTA, C. O. et al. (2024)	Brasil	Telefarmácia: experiências e perspectivas no Brasil.	Apresenta experiências e perspectivas da telefarmácia no Brasil, destacando possibilidades de acompanhamento remoto, orientação farmacêutica e ampliação do acesso aos serviços.
SOUSA E. J. S et al., (2021)	Brasil	Mudanças na Legislação farmacêutica durante a pandemia do Covid 19	Aceite de receitas digitais com certificação ICP-Brasil garantiu a autenticidade, rastreabilidade e prevenção de fraudes em controlados.

Fonte: Os autores, 2026

Quadro 2 - Síntese dos estudos identificados na base SciELO

AUTOR (ANO)	PAÍS	TÍTULO DO ARTIGO	PRINCIPAIS RESULTADOS
VOLPE, C. R. G. et al., (2016)	Brasil	Fatores de risco para erros de medicação na prescrição eletrônica e manual.	Identificou fatores de risco para erros de medicação em prescrições manuais e eletrônicas, destacando a redução da ausência de informações sobre diluição de 71,1% para 22,3%.
ROSA, M. B. et al., (2019)	Brasil	Prescrição eletrônica: frequência e gravidade de erros de medicação.	Identificou redução de 85% na frequência de erros de prescrição em um dos hospitais avaliados, enquanto no outro houve aumento de 25%, evidenciando diferenças nos resultados da implantação dos sistemas eletrônicos.
CASSIANI, S. H. D. B. et al., (2002)	Brasil	Avaliação da prescrição médica eletrônica em um hospital universitário.	Demonstra ganho em legibilidade, rapidez e organização do fluxo de trabalho, minimizando os fatores causais de erros do modelo manual.
SILVA, F. P. et al., (2023)	Brasil	Notificação de incidentes e a segurança do paciente em tempos de pandemia.	Analisa erros de medicação na pandemia e destaca sistemas digitais e barreiras de conferência farmacêutica para evitar eventos graves.
SAMPAIO, P. S. et al., (2018)	Brasil	Implementação da nova regulamentação para prescrição e dispensação de antimicrobianos.	O controle de prescrições e retenção de receitas digitais fortaleceu a fiscalização sanitária e o uso racional de antimicrobianos.
ROSA, M. B. et al., (2009)	Brasil	Erros na prescrição hospitalar de medicamentos potencialmente perigosos.	Evidencia a prescrição eletrônica como barreira física e lógica crucial na prevenção de erros graves de dosagem, diluição e via de administração.
COSTA, C. R. B. et al. (2021)	Brasil	Estratégias para a redução de erros de medicação durante a hospitalização: revisão integrativa.	A análise de 12 estudos identificou que a implantação de tecnologias informatizadas, incluindo sistemas de prescrição eletrônica, favorece a redução de erros de medicação, melhora a comunicação entre profissionais e contribui para a segurança do paciente. A atuação do farmacêutico clínico também foi identificada como estratégia importante.

Fonte: Os autores, 2026

ARTIGO

ANUÁRIO PESQUISA E EXTENSÃO UNOESC VIDEIRA - 2026